

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO ESCRAVO EM MATO GROSSO NO FINAL DO SÉCULO XIX

*Infancia y educación para el trabajo esclavo en Mato
Grosso a finales del siglo XIX*

Childhood and Education for slave labor in Mato
Grosso at the end of the XIX century

Isabel Camilo de CAMARGO
UFMT/Rondonópolis (Brasil)
Correo-e: isabelc_camargo@hotmail.com

Aguinaldo Rodrigues GOMES
UFMT/Rondonópolis
Correo-e: aguinaldorod@gmail.com

Recibido: 18 de septiembre de 2020. Envío a informantes: 30 de octubre de 2020.
Aceptación definitiva: 14 de abril de 2021

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar alguns aspectos das condições de vida das crianças escravizadas, bem como, os processos de aprendizagem para o trabalho a que eram submetidas na região sul do antigo Mato Grosso. O recorte temporal refere-se ao último quartel do século XIX, visto que, no Brasil, as décadas de 1870 e 1880 nos possibilitam visualizar grande quantidade de debates e discursos acerca da escravidão e a necessidade de abolição – assunto cuja complexidade política, econômica e social vai além daquele tempo e traz consequências até a atualidade. Em relação ao recorte espacial, privilegiaremos a região de Sant’Ana de Paranaíba, que hoje seria referente à parte da região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, na qual a escravidão foi marcante. Para essa discussão, lançaremos mão de uma documentação de época, como os relatórios de compra e venda de escravos, inventários *post-mortem* e da bibliografia atinente ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: educação; Brasil Império; infância; escravização.

RESUMEN: El objetivo de este texto es presentar aspectos de las condiciones de vida de los niños esclavizados, así como los procesos de aprendizaje para el trabajo al que fueron sometidos en la región sur del antiguo Mato Grosso. El marco temporal se refiere al último cuarto del siglo XIX, ya que, en Brasil, las décadas de 1870 y 1880 nos permiten visualizar una gran cantidad de debates sobre la esclavitud y la necesidad de abolición, un tema cuya complejidad política, económica y social va más allá de ese tiempo y trae consecuencias al presente. En cuanto al recorte espacial, privilegiaremos la región de Sant'Ana de Paranaíba, que hoy se referiría a la parte de la región oriental del Estado de Mato Grosso do Sul, en la que la esclavitud fue notable. Usaremos documentación de la época, como informes de compra y venta de esclavos, inventarios *post mórtem* y bibliografía relacionada con el tema.

PALABRAS CLAVE: educación; Imperio de Brasil; infancia; esclavitud.

ABSTRACT: The purpose of this text is to present aspects of the living conditions of the enslaved children, as well as the learning processes for the work to which they were submitted. The temporal cut refers to the last quarter of the 19th century, since in Brazil the 1870s and 1880s allow us to visualize a large number of debates about slavery and the need for abolition – a subject whose political, economic and social development goes beyond that time and brings consequences to the present. In relation to the spatial clipping, we will privilege the region of Sant'Ana de Paranaíba, which today would refer to the part of the east region of the State of Mato Grosso do Sul, in which slavery was remarkable. We will use periodic documentation such as the reports on the purchase and sale of slaves, post-mortem inventories and the bibliography related to the topic.

KEY WORDS: education; Brazil Empire; childhood; enslavement.

1. Introdução

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ESCRAVIDÃO no Brasil encontra-se hoje bastante desenvolvida. São vários os estudos realizados em núcleos, programas de pós-graduação e instituições de pesquisa pelo país afora, com destaque para as sediadas na região Sudeste. As interpretações acerca desse fenômeno social são também bastante variadas, dividindo-se em estudos sobre o tráfico negreiro, o cotidiano da escravidão, os processos de resistência e, mais recentemente, aspectos referentes a temas específicos como gênero e educação.

As abordagens sobre o tema também se apresentam de forma diversificada e revelam embates teórico-metodológicos, contendas ideológicas e posições políticas divergentes em relação ao tema. Contudo, ao que nos parece, existe ainda uma senda já descoberta¹, que necessita de uma maior exploração pelo campo da

¹ Sobre este tema, poderíamos destacar as seguintes obras e estudos: MATTOSO, Kátia Queiroz: «O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre», *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 8, n. 16 (março-agosto 1988), pp. 37-55; DEL PRIORE, Mary: «O cotidiano da criança livre no Brasil

historiografia, a saber, o campo dos processos educacionais e da infância no período escravocrata no Brasil.

Do ponto de vista de uma história oficial e positivista do Brasil, é preciso destacar que as populações africanas escravizadas foram invisibilizadas e/ou apagadas da memória social, da identidade nacional e até mesmo das Ciências Humanas e Sociais. Coube, portanto, a uma historiografia produzida no campo dos estudos marxistas, ou culturais, dar visibilidade ao tema da presença africana no país, ultrapassando a visão inicial que propunha pensar esses sujeitos a partir dos processos de trabalho e escravização, focalizando nas contribuições culturais que os africanos trouxeram para o Brasil. Tais estudos preocuparam-se em trazer à luz os diversos aspectos que envolveram o trabalho, a vida e o cotidiano de homens e mulheres africanos que aqui aportaram nos navios negreiros e construíram suas histórias através da resistência física e cultural.

Contudo, vale ressaltar, o tema da infância de modo geral - e mais especificamente da infância dos meninos e meninas africanos que aqui chegaram ou mesmo nasceram - tem sido ainda pouco abordado pelos estudos historiográficos, sobretudo nas regiões mais longínquas do centro Sul. As reflexões sobre os sujeitos adultos apresentam uma versão parcial sobre a dinâmica da vida social dos africanos escravizados no Brasil. A exclusão das crianças africana ou afro-brasileira contribui para a negligência de um grupo importante para o sistema escravista de trabalho que absorvia esses sujeitos nas atividades domésticas e laborais. Certamente, considerando-se as expectativas de vida, as más condições de trabalho e a violência física impingidas contra os africanos escravizados, há que se considerar que as crianças e adolescentes representavam uma parcela muito importante para o sistema escravista no Brasil. O objetivo deste texto é apresentar alguns aspectos das condições de vida das crianças escravizadas, bem como, os processos de aprendizagem para o trabalho a que eram submetidas na região sul do antigo Mato Grosso.

É preciso destacar aqui, que ao falarmos de crianças africanas ou afro-descendentes escravizadas, estamos dialogando com uma categoria extremamente ampla e complexa: a infância, que por ser construída histórica-culturalmente permite múltiplas interpretações. Portanto, nosso recorte sobre a categoria se filia aos estudos de Philippe Ariés (1975), Alan Prout e Allison James (2005) e Marcos Cezar de Freitas (2003).

entre a Colônia e o Império», em *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2000, pp. 84-106; GÓES, José R, de e FLORENTINO, Manolo: «Crianças Escravos, Crianças dos Escravos», em DEL PRIORE, Mary: *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2000, pp. 177-191; JOVINO, Ione da Silva: *Crianças negras em imagens do século XIX*, 2010, 133 f, Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

2. A categoria infância e os processos de escravização no Brasil

Em seu estudo sobre a criança na iconografia ocidental, Ariés (1975) indica que a descoberta da infância inicia-se no século XIII; pois, até esse momento, a criança era praticamente invisível nas representações imagéticas medievais. A presença mais evidente desses sujeitos na arte pictórica teria ocorrido entre os séculos XV e XVI, e se consolidado nos séculos XVI e XVII. Foi, portanto, a partir desse período que a criança passou a ser representada nas imagens e, ao mesmo tempo, reconhecida como um ser social pelos adultos. Ele destaca que as imagens que retratavam esse período demonstram que a criança passa a figurar mais constantemente e assume uma posição central na cena representada. «Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição» (1975, p. 55).

Em sua obra, Ariés (1975) apresenta a tese de que o sentimento de infância foi construído de forma paulatina, tendo se consolidado na modernidade, e hoje é aceito pela maioria dos estudos acadêmicos. A categoria infância, pelo que pudemos apreender da obra do autor, foi se desenvolvendo em face das alterações sociais e históricas.

Assim, se num primeiro momento, a criança era pensada como homem em miniatura, cuja introdução no mundo se daria por meio da convivência direta com os adultos, posteriormente ao advento das sociedades industriais e, conseqüentemente, pelo lugar de destaque que ela ocupa dentro da nova configuração familiar, a criança sai do anonimato. Uma vez que a família começa a se organizar em torno da criança, surge o sentimento de afeição e a necessidade de cuidar dela. Para o autor de *História social da criança e da família*, é a partir dessa preocupação familiar que as crianças são separadas do mundo do adulto pelo sistema educacional, como se fossem colocadas em uma espécie de quarentena para depois conhecer o mundo. Paradoxalmente, ao ser reconhecida como ser social, a criança é levada para um processo de «enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização» (Ariés, 1975, p. 6).

Civiletti (1991) debate sobre a mentalidade a respeito da função materna e da família no Brasil, traçando comparativos com o entendimento francês. Para ela, a preocupação em torno da criança se iniciou com ideais higienistas, que eram contrários à amamentação por amas de leite, sendo que o debate para a formação de creches ocorreu ainda no período escravista, mas sua implantação se deu após a Proclamação da República para viabilizar que as mães pobres pudessem trabalhar.

Os sociólogos Alan Prout e Alisson James, na obra intitulada *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, edição de 2005, apontam que o contexto sócio-político possibilitou abordagens alternativas para o estudo da infância e sobre como essa experiência foi se modificando para as crianças, sinalizando o potencial que o «paradigma

emergente» tem para o desenvolvimento dos estudos da sociologia da infância no Brasil. Os autores esclarecem quais são as principais características deste paradigma:

1. A infância é entendida como uma construção social. Como tal fornece um quadro interpretativo para contextualizar os primeiros anos da vida humana. Infância, distinta da imaturidade biológica, não é uma característica natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente estrutural e cultural específico de muitas sociedades.
2. A infância é uma variável da análise social. Nunca pode ser inteiramente divorciada de outras variáveis, como classe, gênero ou etnia. A análise comparativa e transcultural revela uma variedade de infâncias, em vez de um fenômeno único e universal.
3. As relações sociais e culturais das crianças são dignas de estudos por si próprios, independente da perspectiva e das preocupações dos adultos.
4. As crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, as vidas daqueles ao seu redor e das sociedades em que vivem. As crianças não são apenas os sujeitos passivos das estruturas e processos sociais. (James e Prout, 1990, p. 08)²

A partir da ideia de paradigma emergente, os sociólogos apontam para a historicidade do conceito de infância, bem como para o modo como se deu a sua construção. Até o final do século XIX, no mundo ocidental, as crianças eram compreendidas como pequenos adultos, e depois foi entendendo-se que há diferentes etapas no desenvolvimento da criança e do jovem, o que os converteu em objeto de atenção da sociedade e, principalmente, da ciência.

Marcos Freitas, na obra intitulada *História social da Infância no Brasil* (2003), apresenta um conjunto de textos fundamentais para compreender como os estudos acadêmicos têm abordado a categoria infância. Na apresentação da obra, o autor salienta que estudar a história social da infância no Brasil envolve também pensar as políticas públicas implementadas para lidar com as questões sociais que abrangem a infância, tais como questões educacionais, sanitárias e do abandono (Freitas, 2003). De certa forma, a infância se torna um problema social para o Estado, que busca mecanismos para conter possíveis desvios de conduta no futuro, lançando seus dispositivos principalmente contra as crianças pobres e negras.

Portanto, a obra de Freitas nos interessa na medida em que oferece uma espécie de cartografia das representações sobre a criança no Brasil, advertindo-nos, ainda, que o seu estudo é dificultado pelo acesso à documentação, produzida principalmente pelos agentes públicos e especialistas. Assim, a criança é uma categoria fantasmagórica que emerge das narrativas dos médicos, psicólogos, juristas, pedagogos, assistentes sociais etc., ou existe por meio desses discursos que desconsideram seus verdadeiros comportamentos e expectativas de futuro.

² Tradução livre do livro original realizada pelos autores do presente artigo.

3. O tráfico de crianças africanas para o Brasil

Uma reportagem publicada em 2007 pela BBC noticiou que, em determinado período escravagista, o Brasil recebeu 775 mil crianças escravas. O jornalista Pablo Uchoa, apoiando-se nos dados retirados das obras de historiadores ingleses como David Richardson, afirma que:

Pelo menos 775 mil crianças africanas foram escravizadas e levadas para o Brasil nos primeiros cinquenta anos do século 19, em um período em que o tráfico negreiro atingiu o ápice de sua sofisticação, indicam dados cruzados a partir de novas informações sobre a era da escravidão³.

De acordo com a reportagem, as crianças escravas eram preferidas pelos traficantes em função de serem mais «maleáveis», em decorrência de sua fragilidade física e emocional, o que permitia um maior controle sobre suas mentes e corpos. A reportagem destaca, conforme informação do historiador David Eltis, que «no fim da era escravagista, um em cada três africanos escravizados era criança» (2007). O jornalista cita, ainda, que historiadores indicam que as crianças reagiam melhor às longas travessias. Uma das táticas adotadas pelos traficantes para permitir a adaptação das crianças que seriam destinadas para as regiões de tráfico era comprá-las antecipadamente para que se acostumassem com a situação traumática de cativo. Assim, afirmam os autores, observava-se uma taxa de mortalidade menor em relação aos adultos, que ofereciam uma resistência emocional maior ao cativo.

No caso brasileiro, uma parte dos navios negreiros aportava no Rio de Janeiro, no Cais do Valongo, que em 2017 recebeu o título de Sítio Arqueológico Cais do Valongo, em virtude de ter se tornado um espaço da memória da escravidão no Brasil. O principal porto de entrada de escravos no país possui uma representação significativa da dor a que foram submetidos os africanos escravizados pelo sistema escravista vigente à época.

Nas palavras do antropólogo Milton Duran: «As ruínas do sítio são os únicos vestígios materiais da chegada dos africanos no país»⁴. Descoberto por acidente em função de escavações para reformas da zona portuária do Rio de Janeiro, o Cais do Valongo foi nomeado patrimônio mundial da humanidade e colocado no mesmo patamar que o memorial de Hiroshima, no Japão; e o Campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, considerados pela UNESCO como espaços de representação da memória e do sofrimento da humanidade.

³ UCHOA, Pablo: *No ápice do tráfico, Brasil recebeu 775 mil crianças escravas*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_crianças_escravas_pu.shtml. Acessado em 02/04/2019.

⁴ BETIM, Felipe: *Cais do Valongo, patrimônio mundial no Rio para não esquecer o horror da escravidão*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/09/politica/1499625756_209845.html. Acessado em 23/03/2019.

A pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott apresenta uma importante contribuição da literatura de viagens para o estudo da condição da criança escrava na primeira metade do século XIX. A historiadora argumenta que apesar de constituírem uma importante fonte para se conhecer diferentes aspectos da sociedade brasileira, até o início do século XIX, os relatos de viagens sobre o Brasil são relativamente poucos. No entanto, a partir de 1808, esse tipo de relato aumentou bastante.

Ao se referir ao então chamado Mercado de Escravos do Valongo, Ebel Ernst, na obra *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*, descreve como se dava a compra e venda de escravos naquele espaço:

Logo que chegam os navios negreiros – ocorrência frequente – os escravos são desembarcados e depois que se restabelecem relativamente da viagem, no geral curta, lá são expostos para serem vendidos. Há dias fundeou um com 250 negros, na maioria crianças de dez a quatorze anos, que, acorados nesses galpões em filas de três, pelo chão, assemelhavam-se mais a macacos, dando mostra por sinal, de bom humor e satisfação, embora repelentes no aspecto e depauperados. (Ebel, 1972, p. 42)

Em sua tese de doutoramento, intitulada *A infância no Cativo: Estudo das condições sociais e familiares das crianças escravas e libertas na cidade de São Paulo (1825-1888)*, Robson Roberto da Silva relata que os estrangeiros que passaram pela capital carioca faziam referências à Rua do Valongo, mas o relato da britânica Maria Graham, em seu diário de viagens de 1823, é mais detalhado e possivelmente mais verossímil a respeito do comércio de crianças e adultos escravizados.

1º de maio (de 1823) – Vi hoje o Val Longo (Valongo). É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se de que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que mais disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! (*Apud* Silva, 2018, p. 45)

O relato de Maria Graham nos permite pensar as condições degradantes a que eram submetidos os africanos escravizados logo que aportavam no País. Amon-toados em verdadeiros depósitos humanos, à beira do cais de porto aguardavam seu destino incerto, que poderia ser tanto o trabalho escravo na capital como nas

províncias longínquas do país. Como é possível perceber, também no relato, muitos desses escravos eram crianças que ainda sofriam dores físicas e sentimentais por terem sido tirados de seus lugares de origem para enfrentar uma nova realidade, não menos penosa, quase sempre sem o apoio de seus entes familiares, já que muitas eram separadas das famílias no momento do embarque ou nos processos de compra e venda.

Essa nova e dura realidade nas regiões interioranas do Brasil é também descrita pela pesquisadora Luiza Volpato, na obra *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*, na qual indica que há um processo de construção do mandonismo e da sujeição desde a infância, tanto por parte da criança da casa-grande, que aprende num jogo lúdico a se comportar como um futuro senhor, quanto da criança escrava que, submetida pela força do sistema dos adultos, acostuma-se a obedecer o senhorzinho. Volpato observa que:

[...] a vida de uma criança escrava era bastante penosa. Todo o movimento do sistema escravista se dava no sentido de quebrar desde cedo sua resistência, atingindo logo de início sua dignidade humana. Quando criança servia para satisfazer as vontades do sinhozinho que, vivendo em uma sociedade violenta, transferia para sua relação com o negrinho que lhe era submisso as pressões que ele mesmo sofria. A criança escrava era colocada também à mercê da vontade arbitrária de senhores, senhoras, feitores e agregados. E, por fim, estava a mercê de outros escravos que muitas vezes descarregavam nela, indefesa, toda a amargura e violência de sua vida, chegando inclusive a descontar nessa relação as violências sofridas [...] (Volpato, 1993, p. 146)

Depreende-se, portanto, que a criança escrava estava imersa em um sistema social marcado pela violência como forma de aprendizagem, ou seja, desde a infância ela era ensinada a sujeitar-se às figuras de autoridades, fossem elas os senhores adultos ou seus filhos, e até aos agregados da casa-grande e demais escravos adultos, perdendo assim toda a sua espontaneidade e autonomia.

4. A criança escrava

Conforme Mattoso (1988), procuramos entender a criança escrava como um ser social, que é parte constituinte de uma comunidade responsável por sua proteção ou abandono.

Civiletti (1991) explica que, durante os períodos colonial e imperial, eram altos os índices de mortalidade infantil e, por isso, havia pouco envolvimento afetivo. A morte da criança não era vivenciada com muito sofrimento, devido ao pouco envolvimento e à conotação angelical dada a ela. A autora também explica que, na tentativa de fazer a criança escrava sobreviver, sua mãe, também escrava, a incorporava ao trabalho, amarrando-a às costas, para conciliar o trabalho com os cuidados maternos.

Na visão de alguns viajantes estrangeiros do século XIX que vieram para o Brasil, a criança escrava de até cinco ou seis anos tinha uma relação considerada afetuosa com seus senhores. Para outros, a criança era tratada como um animal doméstico. Essa relação afetuosa teria limites. A criança tinha que ser obediente e não poderia se misturar com seus senhores sem permissão. Depois dos cinco ou seis anos, ela começava a desempenhar alguma atividade, encerrando uma fase de sua vida. Mott analisa que, a partir dos 12 anos, tanto meninas quanto meninos eram considerados adultos, tanto «no que se refere ao trabalho como na sexualidade» (1979, p. 64).

Pinheiro debate sobre qual seria a idade em que a criança escrava começaria a trabalhar:

A definição da idade em que a criança escrava tornava-se força produtiva, ou mesmo quando ela começava a desempenhar algumas tarefas, se aos quatro, cinco, aos sete, ou aos doze anos, tinha pouca importância diante das exigências da ordem econômica e social escravista. Importa-nos verificar que a criança escrava não era uma carga inútil para os senhores e que podia começar a trabalhar muito cedo. Essa era a lógica do sistema escravista. (2005, p. 173)

Ao refletir sobre o uso da criança como mão de obra, Mattoso também faz observações sobre a faixa etária que seria relativa à infância da criança escravizada no século XIX. Porém, ela diferencia o ingresso na vida laboral da criança livre e da cativa:

Regra geral, as idades da vida que correspondem às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice, são as mesmas para a população livre e para a população escrava. Há, porém, entre uma e outra uma diferença de monta, ligada à função social desempenhada por cada uma dessas categorias de idade: a criança branca livre e até mesmo a criança de cor livre podem ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho. (1988, p. 39)

Mattoso (1988) distingue duas idades para a criança escrava: de zero aos sete para oito anos, na qual ela não desempenhava uma atividade econômica; e dos sete para oito até os doze anos, em que ela começa a se tornar uma força de trabalho. De acordo com o Código Filipino, vigente na época, a maioria era estabelecida para as meninas aos 12 anos e para os meninos aos 14 anos.

Civiletti (1991) analisa que a compreensão de infância no Brasil, no período escravista, era muito próxima do descrito por Ariès e Badinter em relação à situação da criança na França do Antigo Regime, conforme a qual, após a sobrevivência dos primeiros anos, a criança era inserida na vida adulta, que, no caso do Brasil, se relacionava com o sistema escravista, seja como um futuro senhor ou escravo.

A criança escrava, enquanto propriedade, pertencia a seu senhor e dependia dele a separação ou não de sua mãe na hora de sua compra e venda. Os dados relativos à Sant'Ana de Paranaíba não nos mostram se os laços familiares eram

sempre respeitados, pois não sabemos como se deu a partilha dos escravos após a morte de seus senhores, visto que, às vezes, o proprietário possuía apenas uma parte de um cativo.

A partir da instituição da Lei do Ventre Livre, em 1871, havia, além da criança livre e da escrava, o ingênuo, que era todo filho ou filha de escrava nascido depois de 28 de setembro de 1871, que conforme essa regulamentação podia ser considerado livre. Porém, como a criança escrava aspirava cuidados e gastos, então a Lei de 1871 possibilitava duas escolhas: «A primeira era ficar com o menor até ele completar 8 anos e então entregá-lo ao Estado em troca de uma indenização (menos frequente) ou ficar com ele até a idade de 21 anos – maioridade legal no período – usufruindo de seus serviços como forma de pagamento pelas despesas com a criação dele (mais frequente)» (Cardozo, 2012, p. 89).

No entanto, as crianças arroladas neste trabalho não fazem parte dos ingênuos, pois elas teriam nascido antes de 1871. Segundo a Lista do Fundo de Emancipação de 1874, o menino mais novo teria seis anos. É possível que algum senhor possa ter declarado uma idade diferente do que a criança possuía, mas não temos conhecimento de nenhuma informação falsa desse tipo.

Góes e Florentino analisam as crianças escravas no Rio de Janeiro entre 1789 e 1830 e entendem que não houve um mercado de crianças escravas propriamente. «[...] As crianças que as fazendas compravam não era o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-de-açúcar e demais» (2007, p. 179).

Os autores também ressaltam que poucas crianças conseguiam chegar à idade adulta, por conta das péssimas condições de vida que levavam e as altas taxas de mortalidade. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais não houve um mercado próprio que visasse o comércio de crianças cativas, pois essa compra seria de alto risco, ao contrário do que se observava no tráfico atlântico, conforme reportagem citada anteriormente. Eles também advertem que nem sempre se respeitava a família escrava na hora da partilha dos bens de um inventário. Contudo, a criança escrava que sobrevivia não ficava sozinha, porque havia uma rede de relações sociais entre escravos. As declarações de meia siza atestam esses processos de separação da família escrava.

5. As crianças escravas na Declaração de meia siza

Sant'Ana de Paranaíba era o nome dado a uma região pertencente à província de Mato Grosso no século XIX, que fazia fronteira entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Essa região foi elevada à Vila em 1857. Hoje, essa região se refere ao leste do atual estado de Mato Grosso do Sul e abarca várias cidades como Paranaíba, Aparecida do Taboado e Inocência. No final da década de 1820, algumas famílias oriundas de Minas Gerais e São Paulo ocuparam essa região. Elas buscavam terras para uma agricultura de subsistência e criação de gado, trazendo consigo escravizados. Ressalta-se, que apesar do discurso oficial

de «terra desocupada», havia povos indígenas que habitavam essa região, os quais foram expulsos ou mortos. O uso de mão de obra negra infantil foi encontrado em vários documentos.

As Declarações de meia siza eram feitas sobre todas as compras/ventas/doações de bens para determinar o pagamento de impostos sobre essas ações. Nas Declarações para o pagamento da meia siza nem sempre aparece a idade da criança escrava comercializada e, às vezes, aparece o sufixo diminutivo *inho*, para referenciar o cativo como criança sem a citação da idade. Na Tabela I, podemos observar as crianças escravas arroladas:

TABELA I: Crianças citadas nas Declarações de meia siza entre 1856 e 1867.

Comprador	Valor meia siza	Total pago	Vendedor	Nome do escravo	Idade do escravo
Vigario Francisco de Souza Fleury	25\$000	500\$000	José Aprigio de Toledo	<i>Escravinha Anna crioula</i>	-
Sebastião José Rodrigues de Queiros	25\$000	500\$000	Padre Francisco de Salles Souza Fleury	<i>Escravinha parda Anna</i>	3 anos
José Pereira dos Santos	20\$000	400\$000	Joaquim de Oliveira Lima	Maria crioula	3 anos
Izaías Joaquim Guimarães	40\$000	800\$000	Justina Garcia Leal	<i>1 parte na escravinha Isidoria</i>	-
Manoel Garcia da Silveira	40\$000	800\$000	Izaías Joaquim Guimarães	<i>1 parte na escrava Isidoria crioula</i>	-
João Antunes da Silva	55\$000	1:100\$000	Justina Garcia Leal	2 escravinhos	+/- 2 anos
José Martins Rodrigues	60\$000	1:200\$000	Herdeiros da falecida Joaquina de Castro Lima	1 mulatinho Francisco	
José Correa neves	10\$000	200\$000	Justino Correa das Neves	<i>1 parte Jeronimo</i>	9 anos
Isaias Joaquim Guimarães	2\$500	50\$000	Justino Correa das Neves	<i>1 parte Jeronimo</i>	9 anos
Silverio Nunes da Cruz	75\$000	1:500\$000	Florentino d'Oliveira Simões	<i>Hermenegildo crioulo</i>	3
[Mario] José Rodrigues de Queiroz	100\$000	2:000\$000	Silverio Nunes da Cruz	<i>Hermenegildo</i>	3
Manoel Garcia da Silveira	50\$000	1:000\$000	Justina Garcia Leal	<i>1 parte Isidoria crioula</i>	

Francisco Antonio de Queiroz	30\$000	600\$000	Padre Manoel Justiniano de Moura	1 mulatinha Rita	
Rodrigo de Souza Ferraz de Menezes	25\$000	500\$000	Cap. Joaquim Lemos da Silva	Teolinda	11 a12
Cap. Joaquim Lemos da Silva	50\$000	1:000\$000	Antonio Ferraz de Campos	Maria crioula e 1 filho ainda mamando	
Manuel Nunes de Medeiros	175\$000	3:500\$000	João Bernardes d'Andrade	Carmelia e 3 filhos (Maria, Júlia e Francolino)	Menores de idade
Joaquim Vieira da Silva	50\$000	1:000\$000	Jeronimo Emiliano de Queiroz	Escravinho Tubias	
Martim Gabriel de Melo Taques	150\$000	3:000\$000	Francisco Venâncio de Carvalho	2 mulatinhos Antonio e Prudência (1:500\$000 cada)	10 anos
João Antunes da Silva	50\$000	1:000\$000	Maria Justina da Silva	Maria crioula	9 anos
Joaquim Moraes da Costa	7\$500	150\$000	João da Cruz Resende	3 partes Maria	2 anos
Januario José de Souza	50\$000	1:000\$000	Quintiliano Pinheiro Gomes	Joana	12 anos
Carlos Bernardes Ferreira	15\$000	300\$000	Brás José Roíz	Maria	2 anos

Fonte: Declaração para meia siza das vendas e doações de escravos. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. OBS: Crianças escravas com nome em itálico significa que pode ter sido vendida em partes, ou seja, pode se tratar de uma mesma criança escrava.

De acordo com a Tabela I, podemos levantar a hipótese de que algumas crianças escravas seriam negociadas por parte, ou seja, teriam mais de um proprietário. Isso se dava, por exemplo, na questão da herança, quando vários filhos herdavam um escravo, sendo que cada filho ficava com uma parte. Por causa da divisão da herança, algum irmão poderia comprar as outras partes ou todos os irmãos vendiam suas partes a um terceiro. Isso nos mostra que mesmo a população que detinha algum bem em Sant'Ana de Paranaíba talvez não possuísse muitos bens materiais.

Não podemos afirmar que a escrava Anna, vendida por José Aprigio de Toledo ao vigário Francisco de Salles Souza Fleury, é a mesma vendida pelo vigário a Sebastião José Rodrigues de Queiros, pois as designações de cor são diferentes (crioula e depois parda) e só aparece a idade de Anna na segunda compra. Ambas as comercializações ocorreram com o mesmo valor.

A escrava Isidoria, crioula, foi vendida três vezes. Izaías Joaquim Guimarães teria comprado uma parte dela de Justina Garcia Leal e vendido para Manoel Garcia da Silveira pelo mesmo valor. Depois, Manoel Garcia da Silveira teria comprado mais uma parte da mesma escrava de Justina Garcia Leal. Não podemos identificar, porém, se depois da compra de duas partes da escrava Isidoria,

Silveira seria seu único dono. As duas primeiras comercializações teriam ocorrido com o mesmo valor e a terceira apresenta um valor maior.

Justino Correa das Neves teria vendido uma parte do escravo Jeronimo, de 9 anos, para José Correa das Neves, possivelmente familiares, pelo que se pode notar nos sobrenomes; e outra parte do mesmo escravo para Izaias Joaquim Guimarães. Porém, as vendas ocorreram com valores diferentes.

Hermenegildo, de três anos, é outro escravo criança comercializado mais de uma vez. Primeiro, Silverio Nunes da Cruz o compra pelo alto valor de um conto e quinhentos mil réis, de Florentino d'Oliveira Simões. Depois, Silverio Nunes da Cruz o vende por dois contos de réis a [Mario] José Rodrigues de Queiroz.

Joaquim Moraes da Costa compra de uma vez só e de um mesmo vendedor, João da Cruz Rezende, 3 partes da escrava Maria, de 2 anos.

Apenas duas vezes, a mãe é arrolada em comercializações junto com seus filhos. A primeira a ser listada é Maria, crioula, que teria um filho em fase de amamentação; e a segunda, Carmélia, que possuía três filhos considerados menores de idade: Maria, Júlio e Francolino.

O que chama a atenção para os casos em que a idade da criança é citada é que ou ela era muito pequena, 2 ou 3 anos, ou ela estava entrando em idade produtiva, de 9 a 12 anos, para o sistema de escravidão existente à época.

6. As crianças escravas na Lista do Fundo de Emancipação de 1874

Pela lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do Ventre Livre e que tinha como objetivo libertar as crianças nascidas após aquela data, foi criado o Fundo de Emancipação que visava libertar anualmente em cada província «tantos escravos quantos corresponderem á quota annualmente disponivel do fundo destinado para a emancipação» (Lei 2.040, 1871)²⁸.

O Fundo arrecadaria dinheiro para as futuras emancipações de várias formas, por meio de: taxas de escravos; dos impostos sobre a transmissão de propriedades; do tesouro de seis loterias anuais e da décima parte das que ocorressem na capital do Império; das multas impostas por essa lei; de quotas advindas dos orçamentos geral, provinciais e municipais e de doações.

Dos 142 escravos que aparecem na Lista do Fundo de Emancipação de 1874, 18 tinham 14 anos ou menos (aproximadamente 12,5 % do total de escravos listados), sendo 6 meninas e 12 meninos. Alguns não possuíam ocupação, talvez por serem muito jovens. Das meninas, 4 são pretas e 2 são pardas. Dos meninos, 7 são pretos e 5 pardos. Vemos que prevalecem os escravos e escravas crianças de cor preta.

Se considerarmos 12 anos como a idade limite da infância, nós encontramos somente 3 meninas e 7 meninos, que somam 10 crianças, o que corresponde a 7 % dos escravos listados. Em relação à cor da pele, 2 meninas seriam pretas e uma parda; 3 meninos seriam pretos e 4 pardos, havendo uma mesma quantidade, no geral, de crianças pretas e pardas.

A escrava mais nova é Rufina, com sete anos, e o escravo mais novo é Vicente, com 6 anos, ambos não têm uma profissão ou função definidas. Das outras escravinhas, uma seria cozinheira e 4 seriam fiandeiras. Dos meninos, Ricardo não tem profissão ou função definidas, assim como Vicente, 2 seriam campeiros e 8 trabalhariam na lavoura. Todos são considerados capacitados ao trabalho, exceto Vicente de 6 anos. Esses dados podem ser visualizados na Tabela II:

TABELA II: Crianças escravizadas citadas na lista
do Fundo de Emancipação de 1874

Sexo	Escravizado/a	Idade	Cor	Estado	Aptidão ao Trabalho	Profissão	escravizador (a)
Meninas	Maira	14	Preta	Solteira	Tem	Fiandeira	Izaías Joaquim Guimarães
	Rufina	7	Parda	Solteira	Tem	-	José Soares de Freitas
	Inocência	10	Preta	Solteira	Capaz	Fiandeira	Maria Garcia Leal
	Theodora	14	Parda	Solteira	Capaz	Fiandeira	Messias Pinto de Oliveira
	Graciana	10	Preta	Solteira	Tem	Fiandeira	Ricardo Barbosa Sandoval
	Antonia	14	Preta	Solteira	Capaz	Cozinheira	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo
Meninos	Vicente	6	Parda	-	-	-	Bernardino Correa Neves e Órfãos
	Domiciano	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Eugênio órfãos de José de Souza Borges
	Martim	11	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Firmino Garcia de Freitas
	João	12	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	Firmino Soares de Freitas
	Adão	13	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Francisco de Paula Garcia
	Elias	15	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Gabriel Ferreira de Mello
	Albano	14	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	Isaias da Silva Borges
	Marcolino	14	Preta	Solteiro	Capaz	Lavoura	João Manoel Nogueir
	Adão	12	Preta	Solteiro	Tem	Lavoura	Joaquim Leal Garcia
	Ricardo	9	Parda	Solteiro	Tem	-	José Soares de Freitas
	Elias	9	Parda	Solteiro	Capaz	Campeiro	José Vital de Oliveira
	Manoel	14	Parda	Solteiro	Capaz	Lavoura	Sebastiana – Orfão de Joaquim Bernardo

FONTE: Livro de Classificação dos escravos da Villa de Sant' Anna de Paranyba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal para o Fundo de Emancipação em 12 de junho de 1874. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata 1865-B.

Embora não tenhamos colocado na Tabela II, quanto ao quesito de pessoas da família, nenhuma criança teve seus laços de parentesco ou maternos relacionados.

Com relação à função, os meninos escravos tinham a mesma função que os adultos, exceto os dois escrivinhos campeiros. O mesmo acontece com as meninas escravas, que tinham a mesma função que as escravas adultas.

Góes e Florentino (2007) analisam que, por volta dos 12 anos, as crianças eram consideradas adultas e seu *treinamento* terminava. Ou seja, aos 12 anos já sabiam ou recebiam alguma função. O aprendizado da criança, assim como o do adulto, era pelo suplício. Mas enquanto o suplício dos adultos era relacionado ao espetáculo das punições exemplares, o suplício da criança se dava no cotidiano com «pequenas humilhações e grandes agravos», que podemos entender como uma educação pela coerção e medo voltado para o trabalho (Góes e Florentino, 2007, p. 187).

7. As crianças escravas nos inventários *post-mortem*

Várias referências às crianças escravas foram encontradas nos inventários *post-mortem*, pois, dos 428 escravos encontrados nos inventários de 1843 a 1886, contabilizamos 104 crianças. Ou seja, cerca de 24 % dos escravos arrolados como bens semoventes nos inventários eram crianças. Mas nem todas tinham a sua cor descrita. Abaixo está a Tabela III para facilitar a visualização numérica dessas crianças escravizadas:

TABELA III: Crianças escravas arroladas nos inventários *post-mortem* de 1843 a 1861

Designações	Meninos	Meninas	Não se sabe sexo
Número encontrado	54	50	5 escravos entre 3 a 10 anos*
1 mês a 7 anos	33	33	
8 a 12 anos	21	17	
Crioulo	28	28	
Pardo	1	5	
Africano	1		

Fonte: Processos cíveis. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 01 a 15. *No inventário da Caixa 01, documento 04 é somente descrito entre os escravos 5 escravos entre 3 e 10 anos não identificando cada um.

O que podemos observar na contagem das crianças escravas é que a maioria delas (94) foi citada entre 1843 e 1873. Somente 10 crianças foram arroladas entre 1874 e 1883. A última referência encontrada nos inventários é de 1883. A partir de 1874, diminuiu o número de escravos adultos arrolados, bem como o de crianças, e diminuiu também a identificação da idade dos escravos. O último inventário em que constam escravos adultos é de 1885. É importante ressaltar que, depois de 1883, até 1886, não foi citada nenhuma criança escrava, e poucos foram os escravos

adultos arrolados também, o que demonstra uma grande diminuição do uso da mão de obra escrava alguns anos antes da Abolição.

Às vezes, a criança escrava aparecia como principal posse nos inventários. As crianças cativas José e Mariana são 2 escravos do total de 4 arrolados entre os bens de Delfina Maria de Jesus⁵. Já, Bárbara, de sete anos, é a única escrava arrolada nos bens de Felippa Alves de Jesus⁶. No inventário de Antônio Ferreira de Mello constam 7 escravos em idade infantil, mais três adultos, sendo que dois dos adultos (José, de 26 anos, e Maria, de 25 anos), estavam na cadeia e Ignez tinha sido vendida pela viúva Mathilde Garcia Leal, que se encontrava em São Paulo⁷.

Em alguns casos, as crianças somente faziam parte dos escravos arrolados, não sendo o único ou o principal bem listado. No inventário de Jesuíno Joaquim de Guimarães foram arrolados 14 escravos no total, tendo apenas Maria, crioula de 10 anos, como criança. Ressalta-se o registro de uma escrava africana muito idosa de 70 anos, Francisca. Os outros escravos eram 8 homens e 4 mulheres⁸.

Em seu estudo sobre a escravidão em Mariana/MG, Teixeira (2011) analisa que, em regiões de produção voltada à subsistência, não havia recursos suficientes para uma compra constante e expressiva de escravos, por isso, a reprodução natural dos escravos era uma forma de manter a escravidão. Refletimos que talvez essa seja uma possibilidade para entender a existência de crianças cativas, além da pouca necessidade de se ter braços para uma economia de subsistência e com pouco gado, como em Sant'Ana de Paranaíba.

Conforme observam Góes e Florentino: «A criança escrava era cria da escravidão, mas era também filha dos escravos. Esse é um aspecto infinitamente mais difícil de conhecer» (2007, p. 189). A criança escrava como «cria da escravidão» pode ser encontrada em alguns documentos e podemos debater alguns dados como idade, cor e função; mas entender a criança escrava como filha dos escravos nos remeteria a um universo da criança e da vivência da escravidão, e essa experiência dificilmente pode ser conhecida e extraída dos documentos.

Em suma, esse trabalho nos mostra que além da existência da escravidão em regiões distantes dos grandes centros políticos e econômicos no século XIX, havia a escravização de crianças também, que eram preparadas desde a tenra idade por meio de uma aprendizagem cotidiana marcada pela vigilância constante, para assumirem suas funções sociais na sociedade escravagista. Com isso, fica claro que ainda podemos ver que não só o escravo adulto detinha funções, mas também a criança escravizada. Utilizamos vários documentos, porque seria muito difícil entender a realidade da época com pouca diversificação. Eles mostram que apesar

⁵ Processos cíveis. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 01. Doc 01.

⁶ Processos cíveis. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 01. Doc 03.

⁷ Processos cíveis. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 01. Doc 04.

⁸ Processos cíveis. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos históricos/Santana do Paranaíba (1859-1888). Caixa 03. Doc. 07.

de o escravo não ser o motivo da escritura documental, ele aparece porque era intrínseco às ações cotidianas.

Em vista do exposto, esperamos que este artigo possa contribuir com o debate atual acerca do trabalho infantil em nossa sociedade. Pois, partindo do paradigma emergente, observou-se a infância como uma construção sociocultural que permite diferentes leituras da função social da criança em cada período histórico, muitas vezes, justificando o uso do trabalho como uma preparação para a vida adulta, a exemplo do período escravista. Na atualidade, felizmente, as concepções de infância e, conseqüentemente, as funções sociais destinadas a elas também se modificaram e a sociedade busca pensar a criança como portadora de direitos. Contudo, há ainda o entendimento de muitas pessoas de que o trabalho não fere a infância. Isso talvez possa ser explicado, porém não pode ser aceito na forma como foi praticado por nosso passado marcado por uma mentalidade mandonista e escravocrata.

Referências bibliográficas

- ARIÉS, Philip: *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- CARDOZO, José Carlos da Silva: «A tutela dos filhos de escravas em Porto Alegre», *Revista Latino-Americana de História*, vol. 1, n.º. 3 (2012), Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.
- CIVILETTI, Maria Vitória Pardal: «O cuidado as crianças pequenas no Brasil escravista», *CADERNOS de pesquisa*, São Paulo, n. 76 (1991).
- EBEL, Ernst: *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*, tradução e notas de Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo, Editora Nacional, 1972.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.): *História social da infância no Brasil*, 5.ª ed., rev. e ampl., São Paulo, Cortez, 2003.
- GÓES, José Roberto de e FLORENTINO, Manolo: «Crianças escravas, crianças dos escravos», em PRIORE, Mary del (org.): *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2007.
- JAMES, Alisson e PROUT, Alan (eds.): *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, The Falmer Press, 2005.
- MATTOSE, Kátia de Queiróz: «O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre)», *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol 8, n. 16 (1988), pp. 37-55.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros: «A criança escrava na literatura de viagem», *CADERNOS de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31 (1979), pp. 57-68. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/454.pdf>. Acessado em 20 de maio 2014.
- PINHEIRO, Maria Cristina Luz: «O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888», *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 32 (2005), pp. 159-183.
- SILVA, Robson Roberto da: *A Infância no cativo: Estudos das condições sociais e familiares das crianças escravas e libertas na cidade de São Paulo (1825-1888)*, Tese de doutorado, UNESP/Assis, 2018.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria: «Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)», *Revista CADERNOS de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15 (2010).
- VOLPATO, Luíza Rios Ricci: *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*, São Paulo, Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

